



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DE SENGÉS**  
**VARA CÍVEL DA COMARCA DE SENGÉS**  
**RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ, Nº. 162, CENTRO, SENGÉS/PR, CEP: 84.220-000**  
**Fone: (43) 99923-5069 – agfn@tjpr.jus.br**

**EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO**

Pelo presente, faz saber a todos quanto este edital virem ou dele conhecimento tiver e possa interessar, que será realizado leilão público do(s) bem(ns) penhorado(s) do(s) EXECUTADO(S) COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS, ESPOLIO DE TANIA MARIA DE CAMARGO FADEL (CPF: 08175468807), MIGUEL JORGE FADEL NETO (CPF: 28646088987), TRANSPEN TRANSPORTE COLETIVO E ENCOMENDAS LTDA. (CNPJ: 75156265000182), na seguinte forma:

**PROCESSO Nº. 0001938-40.2025.8.16.0161 – CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**

**EXEQUENTES: K.S. BRASIL ADMINISTRAÇÃO & SERVIÇOS LTDA. (CNPJ: 03.573.430/0001-90), UNILDE FICAGNA SANT'ANA (CPF: 015.692.819-12)**

**EXECUTADO: COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS (CNPJ: Não informado), ESPOLIO DE TANIA MARIA DE CAMARGO FADEL (CPF: 081.754.688-07), MIGUEL JORGE FADEL NETO (CPF: 286.460.889-87), TRANSPEN TRANSPORTE COLETIVO E ENCOMENDAS LTDA. (CNPJ: 75.156.265/0001-82)**

**1.º LEILÃO:** 22/05/2026, com encerramento às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação. Não verificando lances que sejam iguais ou superiores ao valor da avaliação, a partir deste horário será dado início a captação de lances por valor igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da avaliação, exceto nos casos onde há reserva de meação ou copropriedade.

**2.º LEILÃO:** 22/05/2026, com encerramento às 16:00 horas, pelo maior lance coletado, exceto preço vil (inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação), exceto nos casos onde há reserva de meação ou copropriedade.

Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais, serão acrescidos 03 minutos para o término.

**LOCAL:** O leilão será realizado na modalidade ELETRÔNICA através do site [www.fabiobarbosaleiloes.com.br](http://www.fabiobarbosaleiloes.com.br).

**REPASSE:** Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do 2º (segundo) leilão, serão apregoados novamente em “repasse”, por um período adicional de 1 (uma) hora, com abertura em até 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão.

\*\*\*Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.

**DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS):**

**01)** Um terreno rural, sito no lugar denominado Bairro Morungava, denominado Sítio Lagoa, com uma área total de 08 alqueires, ou seja, 19,36 hectares, com as seguintes divisas e confrontações: - Ao Norte, divide com a Rodovia PR-151; ao Sul, com a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima e sucessor de Sebastião Cipriano de Matos; a Leste, com João Wesgueber e sucessores de Antônio Ribeiro; a Oeste, com





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DE SENGÉS**  
**VARA CÍVEL DA COMARCA DE SENGÉS**  
**RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ, Nº. 162, CENTRO, SENGÉS/PR, CEP: 84.220-000**  
**Fone: (43) 99923-5069 - agfn@tjpr.jus.br**

Lebnan Tarabay e outros, cuja área acima são de dois pequenos lotes, sendo o primeiro, com uma área de 05 alqueires, equivalentes a 12,10 hectares, e o segundo e último, com a área de 03 alqueires, equivalentes a 7,26 hectares, ambas são anexas, que perfazem 08 alqueires, equivalentes a 19,36 hectares. **Benfeitoria:** Possui edificações. **Obs.:** Conforme consta no laudo de avaliação, o imóvel possui construções. Referidas benfeitorias não constam registradas na matrícula imobiliária. Imóvel com cadastro no Incra sob o nº 707.031.002.461-2 e matriculado sob o nº 1.130 no Cartório no Registro de Imóveis da Comarca de Sengés/PR.

**AVALIAÇÃO:** R\$ 2.336.000,00 (dois milhões, trezentos e trinta e seis mil reais), em 03 de fevereiro de 2026.

**LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO:** R\$ 1.168.000,00 (um milhão, cento e sessenta e oito mil reais).

**02)** Um terreno rural, denominado Sítio São Jorge, situado no Bairro Fazenda Morungava, hoje mais precisamente no local denominado Bairro dos Gaia, no Município e Comarca de Sengés/PR, o qual doravante passará a denominar-se Chácara Pequeno Príncipe II, remanescente do Lote nº 95 da Planta Geral da Divisão da Fazenda Morungava, discriminada como área 01 (um), com 6,260 alqueires, situado ao lado direito da Rodovia PR-151, no sentido de quem vem de Sengés para Itararé, com as seguintes divisas e medidas: - Começa no Marco 0 = (zero) que está cravado ao lado de uma cerca de arame, e é igual ao Marco 02 (dois) da área 03; daí segue confrontando com a Rodovia PR-151 no sentido à cidade de Sengés/PR, nos rumos e distâncias: SW- 79°45' - 30,00 metros, NW - 34°00' - 24,00 metros; NW - 70°20' - 118,00 metros, encontra-se o marco 01 que é igual ao marco nº 02 da área 3A; daí segue por cerca de arame confrontando com João Capilé, no rumo e distância: SW - 10°00' - 481,05 metros; encontrando-se o marco nº 02; daí segue por cerca de arame confrontando com Antônio Ribeiro ou sucessor, no rumo e distância: SE - 81°00' - 398,00 metros; encontra-se o marco 03 que é igual ao marco 03 da área 03; daí segue pela Rodovia PR- 151, no sentido a cidade de Sengés/PR, com a distância de 546,20 metros; encontra-se o marco zero, que é igual ao marco 02 da área 03, onde começam e findam as referidas divisas. **Benfeitoria:** Possui edificações. **Obs.:** Conforme consta no laudo de avaliação, o imóvel possui construções. Referidas benfeitorias não constam registradas na matrícula imobiliária. Imóvel com cadastro no Incra sob o nº 707.031.002.771-9 e matriculado sob o nº 2.166 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sengés/PR.

**AVALIAÇÃO:** R\$ 1.827.920,00 (um milhão, oitocentos e vinte e sete mil, novecentos e vinte reais), em 03 de fevereiro de 2026.

**LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO:** R\$ 913.960,00 (novecentos e treze mil, novecentos e sessenta reais).

**AVALIAÇÃO TOTAL:** R\$ 4.163.920,00 (quatro milhões, cento e sessenta e três mil, novecentos e vinte reais), em 03 de fevereiro de 2026.

**LANCE MÍNIMO TOTAL 2º LEILÃO:** R\$ 2.081.960,00 (dois milhões e oitenta e um mil, novecentos e sessenta reais).





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DE SENGÉS**  
**VARA CÍVEL DA COMARCA DE SENGÉS**  
**RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ, Nº. 162, CENTRO, SENGÉS/PR, CEP: 84.220-000**  
**Fone: (43) 99923-5069 – agfn@tjpr.jus.br**

**DEPOSITÁRIO(A): Itens 01 e 02) Não informado.**

**DÉBITOS DA AÇÃO:** R\$ 4.947.222,16 (quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, duzentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos), em 20 de outubro de 2025, de acordo com a planilha de cálculo juntada de fls. 21. A atualização dos débitos vencidos e vincendos, até a sua integral satisfação, fica a encargo do exequente disponibilizar nos autos.

**ÔNUS: 01)** Hipoteca em favor do Banco Bradesco S/A, com informação de quitação nos autos; Penhora nos autos nº 0000291-12.2018.8.26.0279, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Itararé/SP; **Penhora nos autos nº 0000091-82.1994.8.16.0001, em trâmite na 21ª Vara Cível da Comarca de Curitiba/PR;** Penhora nos autos nº 0000631-77.2023.8.26.0279, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Itararé/SP; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000269-94.1995.8.16.0001, em trâmite na 3ª Vara Cível da Comarca de Curitiba/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000955-86.2025.5.09.0678, em trâmite na 3ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 1002065-82.2016.5.02.0074, em trâmite no Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial de São Paulo/SP; Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária; **02)** Hipoteca em favor do Banco Bradesco S/A, com informação de quitação nos autos; Penhora nos autos nº 0000291-12.2018.8.26.0279, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Itararé/SP; Penhora nos autos nº 0000091-82.1994.8.16.0001, em trâmite na 21ª Vara Cível da Comarca de Curitiba/PR; Penhora nos autos nº 0000631-77.2023.8.26.0279, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Itararé/SP; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000269-94.1995.8.16.0001, em trâmite na 3ª Vara Cível da Comarca de Curitiba/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000955-86.2025.5.09.0678, em trâmite na 3ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 1002065-82.2016.5.02.0074, em trâmite no Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial de São Paulo/SP; Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária.

Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, excetuando-se as obrigações Propter Rem (v.g. cotas condominiais). As custas e despesas do processo até então realizadas, e eventuais tributos existentes, serão pagos com o valor depositado pelo arrematante. As despesas de arrematação, comissão de leiloeiro e demais despesas ficarão por conta do arrematante.

**HIPOTECA:** Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).

**MEACÃO:** Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

**IMÓVEL OCUPADO:** A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DE SENGÉS**  
**VARA CÍVEL DA COMARCA DE SENGÉS**  
**RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ, Nº. 162, CENTRO, SENGÉS/PR, CEP: 84.220-000**  
**Fone: (43) 99923-5069 – agfn@tjpr.jus.br**

**CONDIÇÃO DO(S) BEM(NS) SE IMÓVEL FOR:** O imóvel será vendido por inteiro, sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do termo de penhora e/ou registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. Constitui ônus do interessado verificar suas condições, quando for possível a visitação, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Com isso declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quanto a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para início as alienações judiciais.

Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (art. 130, parágrafo único, do CTN).

Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados.

Ao arrematante compete o pagamento de imposto de transmissão inter vivos, tratando-se de imóvel.

**CONDIÇÕES DE VENDA**

**LEILÃO ELETRÔNICO:** Quem pretender arrematar ditos bens, deverá ofertar lances pela Internet através do site [www.fabiobarbosaleiloes.com.br](http://www.fabiobarbosaleiloes.com.br) devendo, para tanto, os interessados, efetuarem cadastramento prévio, no prazo de até 24 horas de antecedência do leilão. Os arrematantes ficam cientes desde já de que deverão garantir seu lance com o pagamento do respectivo valor acrescidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, sob pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 do Código Penal.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Os licitantes deverão acompanhar a realização do Leilão, permanecendo a qualquer tempo em condições de serem contatados pelo Leiloeiro Oficial para ajuste de propostas, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

**DIREITO DE PREFERÊNCIA:** Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DE SENGÉS**  
**VARA CÍVEL DA COMARCA DE SENGÉS**  
**RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ, Nº. 162, CENTRO, SENGÉS/PR, CEP: 84.220-000**  
**Fone: (43) 99923-5069 - agfn@tjpr.jus.br**

os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.

Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site [www.fabiobarbosaleiloes.com.br](http://www.fabiobarbosaleiloes.com.br). Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. **O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência.** Respeitadas as regras do **DIREITO DE PREFERÊNCIA**, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, **no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados**, exercer o direito de preferência, **ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.**

**VENDA DIRETA:** Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

**LEILOEIRO**

O leilão será realizado pelo Leiloeiro Oficial FABIO GONÇALVES BARBOSA, JUCEPAR sob n.º 12/042-L. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Os honorários do Leiloeiro deverão ser depositados no ato da arrematação – tal como o preço. A comissão do leiloeiro será de: 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, pagos pelo arrematante; Em caso de adjudicação, acordo ou remissão não haverá comissão, sendo devido ao leiloeiro apenas gastos havidos com a preparação do leilão. Será devido ao Leiloeiro Oficial, comissão de 5% sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remissão após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º § 3 da Resolução 236/2016, a ser arcado pelo executado remidor.

Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo.

Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DE SENGÉS**  
**VARA CÍVEL DA COMARCA DE SENGÉS**  
**RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ, Nº. 162, CENTRO, SENGÉS/PR, CEP: 84.220-000**  
**Fone: (43) 99923-5069 – agfn@tjpr.jus.br**

Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

**PAGAMENTO**

- 1) Pagamento à vista:** Deverá ser pago através de guia de depósito de imediato, ou no caso do encerramento do leilão ocorrer após o fechamento da agência bancária, no primeiro dia útil.
- 2) Parcelamento da arrematação:** Em caso de imóveis e veículos, o pagamento poderá ser parcelado, conforme art. 895, I e II, do CPC, o arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada. O valor de cada parcela, será acrescido de juros do IPCA, garantido por restrição sobre o próprio bem no caso de imóveis ou mediante apresentação de caução idônea no caso de veículos. OBS.: Lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado, o que não interfere na continuidade da disputa.
- 3) Falta de pagamento:** Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo, informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil).

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloeira e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.

Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

**DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS:** Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através do email contato@fabiobarbosaleiloes.com.br.

**INTIMAÇÃO:** Ficam desde logo intimados os executados **COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS (CNPJ: Não informado)** Representante Legal, **ESPOLIO DE TANIA MARIA DE CAMARGO FADEL (CPF: 081.754.688-07)** e seu cônjuge se casado for, **MIGUEL JORGE FADEL NETO (CPF: 286.460.889-87)** e seu cônjuge se casado for, **TRANSPEN TRANSPORTE COLETIVO E ENCOMENDAS LTDA. (CNPJ: 75.156.265/0001-82)** Representante Legal, bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DE SENGÉS**  
**VARA CÍVEL DA COMARCA DE SENGÉS**  
**RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ, Nº. 162, CENTRO, SENGÉS/PR, CEP: 84.220-000**  
**Fone: (43) 99923-5069 - agfn@tjpr.jus.br**

anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Sengés, Estado do Paraná.

Sengés/PR, 08 de abril de 2026.

**MARCELO QUENTIN**  
**JUIZ DE DIREITO**

